

DIVULGAÇÃO/CONDSEF/HFA



Servidores do Hospital das Forças Armadas pedem equiparação salarial

MGI analisará reestruturação da carreira dos servidores do HFA

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) recebeu a proposta de reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores do Hospital das Forças Armadas (PCCHFA), apresentada pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef) e pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep-DF). A categoria reivindica equiparação salarial com carreiras federais equivalentes, valorização profissional e medidas para ampliar a atração e retenção de servidores. O MGI informou que fará análise técnica da proposta, dará retorno em agosto e retomará as negociações em setembro, reconhecendo as particularidades da carreira dos servidores do HFA e a necessidade de avaliar o instrumento legal mais adequado para a reestruturação.

SES-DF encerra inscrições para médicos

Termina na próxima quarta-feira (29) o prazo de inscrição no processo seletivo simplificado da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) para contratação temporária e formação de cadastro de reserva de médicos. São 320 vagas em quatro especialidades, com salários de R\$ 10.681,63 para jornada de 20 horas e de R\$ 21.363,26 para 40 horas semanais. A seleção será por análise de títulos e experiência profissional, sem cobrança de taxa de inscrição. O contrato terá duração de um ano.

SANDRO ARAÚJO/AGÊNCIA SAÚDE-DF



Secretaria de Estado da Saúde do DF oferece 320 vagas

Funasa debate retorno de servidores

A Comissão Setorial de Negociação Permanente da Funasa discutiu os desdobramentos do parecer da AGU sobre o retorno de servidores descentralizados após a perda de eficácia da Portaria Interministerial nº 881/2023. A Fundação informou que o tema ainda será tratado com o Ministério da Gestão e a AGU para definir os procedimentos administrativos, incluindo a possibilidade de um cronograma escalonado. Também será realizada consulta aos servidores, por e-mail funcional, para subsidiar a decisão final.

TJSP publica progressão de servidores

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) publicou no Diário da Justiça Eletrônico (DEJESP) de sexta-feira (24) a relação dos servidores contemplados com a progressão de grau prevista no plano de carreira. O benefício garante avanço funcional dentro da mesma referência do cargo, com reflexo na remuneração. A consulta pode ser feita no DEJESP por meio da busca pelo nome ou número de matrícula.

Recomposição no RJ I

Servidores ativos, aposentados e pensionistas do Estado do Rio de Janeiro já podem consultar o contracheque de julho com a segunda parcela da recomposição salarial de 5,62%, prevista na Lei 9.436/2021. O pagamento será realizado no próximo sábado(1º) e alcança mais de 421 mil beneficiários, pela Secretaria de Fazenda.

Recomposição no RJ II

A terceira e última parcela da recomposição, também de 5,62%, será incluída na folha de outubro, com depósito em novembro. O governo ainda estuda conceder a Revisão Geral Anual referente a 2025, de 4,26% pelo IPCA, enquanto servidores aguardam correções relativas a 2023, 2024 e 2025. O índice ainda não tem data para pagamento.

Treinamento Google I

Mais de 3 mil servidores do Estado do Rio de Janeiro participam de um treinamento promovido pelo Google para ampliar o uso da inteligência artificial na administração pública. A capacitação busca desenvolver competências digitais e apresentar ferramentas que auxiliem na execução de tarefas e na prestação de serviços.

Treinamento Google II

A iniciativa também pretende incentivar o uso responsável da Inteligência Artificial no serviço público, com foco em segurança, ética e proteção de dados. Os participantes recebem orientações sobre aplicações práticas que podem otimizar processos internos, reduzir tempo de execução e apoiar decisões administrativas.

Déficit de Servidores I

Apesar do déficit de servidores, órgãos do Executivo federal tiveram autorizadas apenas 426 vagas para concursos em 2026. Levantamento do jornal Correio Braziliense mostra que os pedidos superam 20 mil postos, mas a maior parte segue sem aval do Ministério da Gestão e da Inovação (MGI), ampliando a espera por novos editais.

Déficit de Servidores II

Segundo a reportagem, entre os órgãos sem autorização está o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), que acumula cerca de 23 mil cargos vagos. A falta de reposição mantém áreas estratégicas com quadro reduzido, enquanto candidatos aguardam a análise dos pedidos de concursos já encaminhados ao governo federal.

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



Projeto é de autoria do Senador, Alessandro Vieira(MDB-SE)

Projeto amplia acesso da CGU a dados sigilosos de servidores

Texto permite acesso a informações fiscais, bancárias e patrimoniais

Da Redação

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 169/2026, que amplia o acesso da Controladoria-Geral da União (CGU) a informações fiscais, bancárias e financeiras de servidores públicos federais para a avaliação da evolução patrimonial. A proposta altera o Código Tributário Nacional e a Lei Complementar nº 105/2001, que trata do sigilo das operações financeiras.

Pelo texto, a CGU poderá requisitar bases de dados produzidas ou mantidas por órgãos da administração pública direta e indireta, autarquias, fundações e empresas estatais, incluindo informações sob guarda da Receita Federal. O projeto também determina que o Banco Central, as instituições financeiras e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) forneçam dados e documentos sigilosos quando necessários ao exercício das atribuições do órgão central de controle interno do Poder Executivo Federal.

A proposta estabelece que o compartilhamento dessas informações não configurará quebra de sigilo fiscal, bancário ou comercial. Em contrapartida, atribui à CGU a responsabilidade pela guarda, tratamento e proteção

dos dados, prevendo responsabilização administrativa, civil e penal para casos de uso indevido.

O texto ainda proíbe o compartilhamento das informações com terceiros, salvo quando houver autorização do órgão responsável pela base de dados ou para comunicação de possíveis ilícitos às autoridades competentes. Também determina que a CGU edite normas para assegurar critérios impessoais na identificação de irregularidades e exija justificativa para consultas relativas a servidores específicos.

Na justificativa, Alessandro Vieira afirma que a necessidade de autorização judicial para obtenção de informações financeiras dificulta a atuação da Controladoria na fiscalização patrimonial dos servidores públicos. Segundo o senador, o projeto busca tornar mais ágil o intercâmbio de informações entre órgãos públicos e entidades do sistema financeiro, permitindo a identificação de incompatibilidades entre renda e patrimônio e subsidiando investigações administrativas.

O PLP 169/2026 está em tramitação no Senado. A matéria aguarda despacho da Presidência da Casa, etapa em que serão definidas as comissões responsáveis pela análise do projeto.